

# Juventude extrativista como sujeito de participação e fortalecimento comunitário

Rita de Cassia Fraga Machado<sup>1</sup>, Huefeson Falcão dos Santos<sup>2</sup>

## Resumo

A juventude e as novas gerações são cada vez mais reconhecidas como uma parcela da população fundamental para o processo de desenvolvimento de nações (Secretaria Nacional para a Juventude, 2010). No Brasil, o tema da juventude tem se apresentado como uma questão emergente no século XXI. Diversos programas têm sido empreendidos pelo Governo Federal para a formação de lideranças jovens e a valorização da juventude. Entretanto, apesar de estarmos vivendo um bom momento de potencialidade demográfica de jovens, percebemos a necessidade de pesquisas de cunho participativo destinadas ao fortalecimento da participação juvenil nas Unidades de Conservação (UC) e em espaços públicos. O presente artigo busca analisar a forma de participação da juventude da Floresta Nacional de Tefé (Flona), Amazonas, frente ao desafio da educação para a participação popular. Acreditamos que podemos aprofundar o diálogo na busca por alternativas viáveis que possibilitem condições de formação e incentivo à juventude autônoma, que contribuirá no fortalecimento da UC por meio do fortalecimento coletivo da juventude.

## Palavras-chave

Jovens. Protagonismo. Participação Popular. Educação Popular.

**1.** Pós-doutoranda em Educação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul; professora adjunta na Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: rmachado@uea.edu.br.

**2.** Graduando em História na Universidade do Estado do Amazonas; bolsista FAPEAM. E-mail: huefesonfalcao@gmail.com.

# **Extractivism youth as participant in community strengthening**

Rita de Cassia Fraga Machado\*, Huefeson Falcão dos Santos\*\*

## **Abstract**

The youth and the younger generations have been gaining increasing recognition in the development of nations. In Brazil youth-related issues have been on the rise throughout the twenty-first century. A range of programs have been introduced by the federal government in order to create youth leaderships and value the youth. Although we are enjoying a good moment of demographic potentialities for the youth, there is a need for participatory research aimed at strengthening youth participation in protected areas. The aim of this article was to analyze the participation of the youth from Tefé National Forest (Floresta Nacional de Tefé), in the State of Amazonas, Brazil, regarding the educational challenges for popular participation. Thus, we believe that we can engage in dialogue with a view to finding viable alternatives that make training conditions possible as well as encouraging autonomy in the youth, which will help in strengthening the protected areas through collective youth empowerment.

## **Keywords**

Youth. Protagonist. Popular Participation. Popular Education.

\* Postdoctor research in Education, Vale do Rio dos Sinos University, São Leopoldo, State of Rio Grande do Sul, Brazil; professor at the University of the State of Amazonas, Brazil. E-mail: rmachado@uea.edu.br.

\*\* Undergraduate student in History, University of the State of Amazonas, Brazil; scholarship holder FAPEAM. E-mail: huefesonfalcao@gmail.com.

## Introdução

O projeto “Jovens Protagonistas” foi iniciado em 2011 em três Unidades de Conservação (UC). Atualmente, está presente em doze Unidades de Conservação de Uso Sustentável de dois estados do Brasil: Amazonas e Pará. Há planos para se ampliar a atuação do projeto para mais dez unidades, por se tratar de uma experiência que está dando certo e que, em virtude disso, passou a figurar como uma das políticas públicas a ser executada pelo Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA), que é orientado pelos princípios do Estatuto da Juventude, lei brasileira aprovada em 2013 que garante aos/às jovens o direito à sustentabilidade e ao meio ambiente.

Assim, acreditamos que esse projeto possa aprofundar o diálogo na busca por alternativas viáveis que possibilitem condições de formação e incentivo à juventude autônoma. Acreditamos, também, que ele contribui para o fortalecimento das UC por meio do fortalecimento coletivo das juventudes.

A necessidade de realização de um trabalho voltado para os/as jovens e da criação de um espaço inclusivo para discussão e esclarecimento sobre educação, participação popular, transformação social, resgate da identidade dos/as jovens extrativistas, educação ambiental, organização comunitária e outros vem sendo percebida durante os encontros que acontecem nas comunidades, bem como nos intercâmbios entre os/as jovens para troca de saberes em outras unidades em que também acontece o projeto.

Tais demandas se devem a um processo histórico de falta de incentivo da juventude e à omissão do Estado em relação aos direitos desse grupo nos níveis local, regional, nacional e internacional. O trabalho de educação e mobilização social desenvolvido pela Igreja Católica na região do médio Solimões, por meio

do Movimento de Educação de Base (MEB), marcou fortemente o surgimento das lideranças na região. Com certeza, ele provocou reflexões significativas no universo juvenil, mas essas ainda não são suficientes diante dos inúmeros desafios que se apresentam em relação à participação da juventude extrativista. Diante disso, entende-se que a juventude, destacando-se a juventude da floresta que participa do projeto, requer um urgente investimento econômico, educacional, cultural, político e social que considere a sua realidade como coletivo e a sua diversidade.

A Política Nacional de Juventude (PNJ), que é coordenada pela Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República e executada por diversos Ministérios, trata de uma ação intersetorial que combina um conjunto de políticas estruturantes com programas específicos. Com essa política, os jovens da faixa etária entre 15 e 29 anos passaram a ser considerados “sujeitos de direitos”. Conforme Conjuve et al. (2006, p. 26), é necessário reconhecer os jovens como “sujeitos de direitos e promotores e destinatários de políticas públicas”. Identificando a importância do reconhecimento do papel dos jovens como agentes ativos e autônomos, o reconhecimento dos seus direitos deve estar alicerçado em “uma perspectiva ampla de garantia de uma vida social plena e de promoção de sua autonomia” (CONJUVE et al., 2006, p. 7).

### Contexto da pesquisa-ação

A Floresta Nacional (FLONA) de Tefé é uma Unidade de Conservação federal localizada no médio Solimões, Amazonas, a uma distância estimada de 600km de Manaus, capital do estado. Assim como no restante da região Amazônica, o deslocamento até a UC

é feito apenas por via fluvial. A distância da cidade onde se concentra um grande número de consumidores/as é a maior vantagem para conservação da floresta. No entanto, é perceptível que as dificuldades de acesso acabam se tornando entraves ao escoamento da produção e afetam os custos diretos. Isso dificulta o investimento governamental em infraestrutura e meios de comunicação, melhoria na saúde e educação. Contudo, ainda existem grandes áreas de floresta que permanecem praticamente intocadas, pois não possuem acesso nem atividade produtiva, de modo que não há trânsito de pessoas.

As populações existentes nas comunidades têm suas origens baseadas nas culturas e práticas tradicionais e são oriundas das famílias nordestinas que foram recrutadas como “soldados da borracha”. Várias residem no interior e outras no entorno da UC. Quanto aos recursos naturais, embora os produtos madeireiros, não madeireiros e os ambientes aquáticos, que ainda são as principais fontes econômicas, sejam abundantes, há o seguinte diferencial: hoje parte dos moradores já utiliza as técnicas de manejo, ou melhor, as práticas utilizadas por essas comunidades são sustentáveis por tradição, preocupando-se com a sustentabilidade da população e a manutenção dos estoques e das espécies ameaçadas. Além disso, é de fundamental importância ressaltar que as organizações sociais contribuem com “agenda positiva” para a gestão da UC que não esteja ligada somente às ações de “comando e controle”, com foco na proteção, mas envolva a construção de alternativas sustentáveis para o desenvolvimento da região.

É preocupante a situação das organizações sociais que sempre passam por altos e baixos devido à falta de recursos financeiros e de pessoal qualificado. O projeto “Jovens protagonistas” tem também esse viés de qualificar os/as jovens para a participação política e para a gestão socioambiental pública. Entretanto, são diversas

as dificuldades enfrentadas pelas comunidades para se manterem organizadas, pois poucas são as pessoas que se disponibilizam a assumir os cargos na diretoria das organizações, principalmente pelo fato de serem voluntários.

O objetivo principal da gestão, contudo, é integrar as comunidades na tomada de decisão e na execução das atividades de modo direto, para que se sintam parte da gestão da UC. No entanto, há necessidade de promover ações educativas mediante a pesquisa-extensão universitária para fazer essa interação entre pesquisadores e o público do projeto. Essa pesquisa deve estar orientada para as necessidades básicas do indivíduo com vistas a fortalecer a participação juvenil nas gestões das Unidades de Conservação, em espaços públicos, como as diretorias das associações-mãe, nos conselhos deliberativos e consultivos e, principalmente, nos momentos de tomada de decisões.

Abramo (2008) afirma que os jovens propriamente ditos ficaram fora do escopo das ações e do debate sobre direitos e cidadania. Um dos tópicos a se discutir é o combate à naturalização do confinamento dos/das jovens da floresta, percebido na falta de políticas públicas e projetos que despertem e estimulem a participação.

É importante incentivar a juventude no contexto nacional por meio de diálogos voltados para a área da juventude, meio ambiente, participação, educação conscientizadora, ou seja, diálogos para contribuir no processo de formação de liderança socioambientalista-política e no fortalecimento da gestão de suas áreas de uso coletivo.

o que pode e deve variar, em função das condições históricas, em função do nível de percepção da realidade que tenham os oprimidos, é o conteúdo do diálogo. Substituí-lo pelo antidiálogo, pela sloganização, pela verticalidade, pelos comunicados é pretender a libertação dos oprimidos com instrumentos

da “domesticação”. Pretender a libertação deles sem a sua reflexão no ato desta libertação é transformá-los em objeto que se devesse salvar de um incêndio. É fazê-los cair no engodo populista e transformá-los em massa de manobra. (FREIRE, 1987, p. 52).

Só se aprende com o outro, mediado pelo mundo, e só assim é possível ser totalmente humano. “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1987, p. 52), ou seja, se libertam participando. A participação, a democracia, o poder popular não podem ser aprendidos em solidão, lendo, escrevendo ou ouvindo sobre elas. É preciso vivê-las e experimentá-las com outras pessoas em comunidade.

Assim, portanto, somente é possível falar de participação de crianças, adolescentes e jovens quando elas e eles são os protagonistas ou sujeitos do processo. Da mesma forma, quando falamos de cidadania, só é cidadão aquele que é sujeito e protagonista. Todo o resto é instrumentalização da participação para a “domesticação”.

### **Juventude e a participação**

No desenvolvimento do Projeto “Jovens extrativistas como sujeitos na gestão participativa e fortalecimento comunitário na FLONA de Tefé”, vinculado à experiência do projeto “Jovens como protagonistas pelo fortalecimento comunitário”, a metodologia de formação utilizada foi a pesquisa-ação. O Programa, conhecido como “Verde perto educação” (RODRIGUES, 2008), se sustenta no tripé: protagonismo juvenil – em que os próprios jovens moradores e usuários das UCs sugerem e propõem atividades; transdisciplinaridade – assuntos diversos abordados concomitantemente e de forma integrada nas atividades; e educação

lúdica – intercalada às atividades teóricas e às palestras, com realização de atividades lúdicas ligadas ao tema trabalhado. As oficinas e atividades lúdicas, realizadas após as palestras, são escolhidas pelos próprios participantes.

Inspirados por este desafio de trabalhar com a juventude, sentimo-nos motivados com o convite para participar da iniciativa. O primeiro passo foi sensibilizar e mobilizar a juventude para comparecer aos encontros de formação/educação, destacando algumas entre aquelas denominações que vêm despontando pelo país: educação ambiental crítica, emancipatória e transformadora e ecopedagogia e educação no processo de gestão e democracia. Afinal, a juventude democratiza o espaço à medida que esse espaço é ocupado.

Há alguns anos, falar em participação era algo um tanto quanto polêmico e por ser desafiador, dinâmico e, até mesmo, transformador, era objeto de controvérsias e de etiquetamentos ideológicos (SANDER, 2010). Muitas vezes era considerada uma “utopia”, sem sentido na realidade. Hoje se constrói um novo consenso em torno da participação, posto que a participação com a implicação do agente no espaço social em que se insere encontra amplo reconhecimento social. Essa implicação está ligada à capacidade de autorizar-se quanto ao que é produzido socialmente, descartando a neutralidade e criando uma maior responsabilidade social, fortalecendo uma relação de autonomia e de dependência. Ou seja, ao mesmo tempo em que o agente tem a autonomia de decidir e fazer o que considera importante, ele estabelece uma relação de dependência em relação ao espaço social e aos outros agentes<sup>3</sup>.

A participação pode começar com um simples debate, com uma troca de informações e ações, e não acontecer necessariamente em espaços explicitamente políticos, mas também

**3.** A teoria da auto-eco-organização, de Edgar Morin (2007), tematiza essa questão de forma explícita.

em espaços sociais, culturais, econômicos, ecológicos etc. Embora ela geralmente se inicie motivada por questões práticas e imediatas como as citadas, ela certamente é muito mais do que isso, uma vez que ela tende a desenvolver nos indivíduos que dela participam habilidades e capacidades, que influenciam as ações dessas pessoas nos mais diversos espaços sociais e políticos em que atuam. (SANDER, 2010, p. 13).

As oficinas e atividades lúdicas, realizadas após as palestras, foram escolhidas pelos próprios participantes. Os conhecimentos tradicionais da juventude e os conhecimentos da academia são ligados para discutir determinados temas relacionados à vida da juventude. Para isso, algumas ferramentas são utilizadas para desenvolver essas ações, como o teatro, a música, a poesia e a educomunicação.

Figura 1 – III Encontro de Jovens da Floresta – Tefé, Amazonas.



Fonte: Huefeson Falcão dos Santos, 2015.

Entre os temas abordados nas formações constam os seguintes: contexto da questão ambiental contemporânea no Brasil e no mundo e criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação; história da criação das unidades de conservação; saúde, prevenção de doenças e planejamento familiar; organização comunitária, formação de lideranças; educomunicação; energias renováveis; associativismo. São temas que foram acompanhados por outras atividades lúdicas como dança, teatro, poesia, música etc.

As organizações e mobilizações para os eventos sempre foram realizadas pelos/pelas jovens, pela associação “mãe” da

UC e pelo ICMBio, que tem como missão proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental, razão pela qual lhe cabia apoiar financeiramente e intermediar a presença de consultores externos.

### **Das possibilidades e as dificuldades: jovens participando para mudar a realidade**

Uma das dificuldades observadas é o alto custo, devido à distância e à limitação do número de jovens participantes, em face do alto custo dos transportes.

Muitas coisas importantes decorreram do projeto, como mudanças no comportamento de vida, conhecimentos, responsabilidade, interesse, respeito e confiança e engajamento em alguns movimentos – claro que isso não resultou em 100% dos/as jovens que participaram do processo, mas já é um grande resultado no sentido de organização política dessas pessoas, uma vez que com os “avanços” e acontecimentos provenientes do crescimento urbano, percebe-se um sufocamento desse grupo. Por isso a demanda dessas comunidades por ações que vão ao encontro de suas necessidades.

Apesar das dificuldades de convívio diário e do desafio da organização comunitária, quando perguntados sobre o que consideram “viver em comunidade”, de forma geral, as referências são positivas. A ideia de “viver em comunhão, unidos e conservando o que temos”, “unidos como uma família” ou em “parceria” é predominante. Existe a noção forte de que a comunidade é, em si, uma “organização” que tem por objetivo proporcionar a possibilidade de as famílias repartirem benefícios e dividirem as dificuldades cotidianas. No entanto, percebe-se que as comunidades enfrentam dificuldades no que diz respeito a políticas públicas e sociais, que também se configuram como uma violência cometida contra essas comunidades. Isso acarreta uma série de outros problemas que também são relatados e denunciados pelas comunidades a órgãos competentes como, por exemplo, o excesso de consumo de álcool, brigas, furtos etc.

As dificuldades cotidianas também são mencionadas com frequência, apesar de a maioria preferir, assim mesmo, continuar vivendo em comunidade. Entre as principais dificuldades, são mencionados problemas que diminuem a união entre as famílias e a vigilância para o cumprimento das regras comunitárias, conflitos comunitários como briga entre vizinhos e invasão de pessoas de fora que vão para as comunidades e não respeitam as regras preestabelecidas internamente.

De forma geral, entende-se que é atribuição do presidente e da diretoria da comunidade convocar as reuniões e mediá-las. As comunidades afirmam ainda que, quando há reunião, a participação comunitária é baixa e o número de pessoas dispostas a colaborar com a organização é reduzido, ficando a cargo das lideranças.

Em 1970, quando o sistema de seringal entrou em definitiva falência, o MEB desenvolveu um forte papel na organização comunitária. A Prelazia de Tefé, especialmente representada na figura do Irmão Falco, também deu o pontapé inicial no trabalho de educação ambiental na região. Falco era um padre holandês que viajava os rios, realizando cursos de formação de lideranças. Ele, como uma grande liderança na região, foi responsável pela criação das primeiras comunidades localizadas no Lago Tefé: São Sebastião do Catuiri de Cima, Santa Luzia do Catuiri de Baixo e São Francisco do Arraia. Essa forma de organização e formação das primeiras comunidades tinha como objetivo apoiar essas comunidades locais na luta pela sua manutenção de vida e começou, então, a incentivá-las a unirem-se em um trabalho de preservação do lago e formarem grupos de trabalhos com esses objetivos.

A juventude e as novas gerações são cada vez mais reconhecidas como uma parcela da população fundamental para o processo de desenvolvimento de nações. Diversos programas têm sido empreendidos pelo Governo Federal para a formação de lideranças jovens e a valorização da juventude, dentre eles o Programa Juventude e Meio Ambiente (BRASIL, 2006).

Nessa unidade, organizar e mobilizar os/as jovens significa atuar no processo de formação de futuras lideranças protagonistas de um processo de gestão partilhada do território. A capacitação de jovens deve envolvê-los e motivá-los a expressarem suas opiniões e a se apropriarem do processo de gestão comunitária.

Para isso, é fundamental que o jovem saiba respeitar e dialogar com pessoas diferentes.

Um dos motivos que nos encoraja a continuar desenvolvendo esse projeto com a juventude extrativista é a necessidade de fortalecer as comunidades e a gestão da UC, que dão voz e visibilidade a esse seguimento antes esquecido e ignorado na floresta, e o fato de que estamos em um momento muito oportuno e importante no nosso país, que está passando despercebido: o Brasil encontra-se

em um momento ótimo da curva demográfica para jovens. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), cerca de 51,3 milhões de brasileiros, um quarto da população do país, têm entre 15 e 29 anos. Esse grupo etário nunca foi (nem será, desde que se mantenham as tendências demográficas) tão numeroso, em termos absolutos, como é hoje. Essa “onda jovem” tem gerado, ao mesmo tempo, preocupação e esperança.

Figura 2 – Momento Final do IV Encontro dos Jovens da Floresta – Tefé, Amazonas.



Fonte: ICMBio/Flona, 2015.

### **Reflexões: seguimos participando!**

Conclui-se que a metodologia utilizada é significativa para o trabalho com a juventude. O debate sobre políticas públicas de juventude no Brasil avançou muito em pouco tempo. Com esse projeto, os jovens tiveram a oportunidade de contribuir para a construção do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA); ajudar no município de Tefé, quanto à realização das conferências municipais, em que os jovens extrativistas presidiram todo o processo da conferência e da criação do

Conselho Municipal de Juventude de Tefé, participaram da construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Flona e do Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF), que objetiva o desenvolvimento de ações educativas que busquem a construção coletiva de estratégias para o enfrentamento da problemática socioambiental rural, inserção da secretaria da juventude no Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), criação da cadeira da juventude no Conselho Consultivo da Flona de Tefé etc.

A pesquisa-ação, nesse processo, foi de

fundamental importância para entender, por meio das pesquisas e das formações, o processo histórico de exclusão da juventude da floresta do processo de participação social e política, pois a pesquisa não se preocupou em apenas ouvir e colher dados, mas também em contribuir com o público-alvo do projeto com as formações e capacitações técnicas, dando voz e visibilidade a eles, historicamente ignorados na floresta.

Esse projeto de pesquisa-ação é realizado pelo grupo MIRANTE<sup>4</sup>, que promoveu quatro encontros/oficinas com a metodologia de oficinas na perspectiva da educação popular. Foram envolvidos mais de 50 jovens extrativistas de 7 comunidades do Rio Curumitá, com os quais trabalhamos questões como Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente, Energias Renováveis, Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental na Agricultura Familiar e Educomunicação, em que os temas são desenvolvidos a partir das discussões e necessidades levantadas em cada oficina com a juventude.

É certo que ainda há muito por fazer. Vale ressaltar também que uma parcela significativa dos 51,3 milhões de jovens brasileiros vive, inaceitavelmente, situações graves de exclusão social. Falamos de jovens que queremos evitar que sejam expulsos da floresta por falta de alternativas, submetidos à violência que sofrem e praticam com a ausência de políticas públicas e sociais que são seus direitos e lhes são negados e que dificilmente aparecem em estatística. Falamos de jovens que sofrem com a injustiça e o racismo, excluídos/as do sistema de ensino e vítimas preferenciais da violência e do genocídio praticado pelo Estado. Falamos de jovens com as mais diferentes expressões sexuais, ainda marcadas pela intolerância e pelo desrespeito; de jovens que estão tentando estudar, ao passo que as comunidades e escolas se encontram desestruturadas, sem professores e esquecidas

pelo poder público; de jovens extrativistas sem qualquer política que garanta sua permanência nas comunidades. Falamos de jovens excluídos dos espaços de participação e de poder de decisão. Diante desse quadro, em que os problemas andam junto com as possibilidades, podemos identificar alguns desafios, entre muitos outros, que devem ser superados para que os direitos dos jovens da floresta também sejam plenamente garantidos no Brasil.

A participação social popular pode se transformar em ampliação das possibilidades de acesso das classes populares aos atos de gestão, se vista em uma perspectiva de desenvolvimento da sociedade civil e de fortalecimento dos mecanismos democráticos. Além de ela beneficiar o exercício da cidadania, sua valorização implica também o resgate de formas de participação social que se estrutura em torno de valores e mecanismos de sociabilidade. A indagação sobre a participação social dos jovens remete à indagação a respeito do presente e do futuro do desenvolvimento local da sociedade. Os jovens são parte integrante das continuidades ou mudanças da sociedade.

Para Hart e Gernert (1992), os três primeiros níveis ou passos, na verdade, nem poderiam ser considerados como participação, pois a participação inicia-se somente quando crianças, adolescentes e jovens são respeitados enquanto parceiros ou quando pelo menos estão informados do que está sendo feito com eles e em nome deles. É preciso saber quem está tomando as decisões por eles, quem desempenha algum papel importante no processo e, assim, eles poderem decidir se querem ou não participar desse processo.

Esses elementos e reflexões, feitos a partir do contexto europeu, encontram certa afinidade com o que vem sendo discutido no Brasil, de modo especial a partir da teoria de Paulo Freire, que também busca nos precaver

**4.** MIRANTE – Grupo de Pesquisa e Extensão, Mulheres e Feminismo na Amazônia, do qual fazem parte os autores.

das falsas formas de participação, na medida, por exemplo, em que define o diálogo autêntico como forma de libertação (SANDER, 2010).

Com esse projeto de jovens, usando o Verde Perto Educação e a Pesquisa-Ação, começamos a romper com a ideia de que a juventude seja só uma passagem da fase de criança para a de adulta e que ela é somente curtição, não havendo preocupação em discutir políticas públicas e, sim, apenas em se divertir. Começamos a mostrar que a juventude quer, sim, participar. A falta de participação não é motivada por desinteresse, mas devido à falta de oportunidades de discutir assuntos com maior participação popular, justiça social, gestão participativa e da necessidade de fortalecimento das organizações comunitárias, que é um dos maiores problemas dentro das UC. A mesma ideia é compartilhada por Abramo (2008). Para a autora, essa etapa é vista pela sociedade moderna como uma fase de preparação do jovem (embora analisar o significado da palavra juventude possa ser um tema instigante na discussão neste momento). É importante salientar que estamos tratando dos/das jovens da Floresta, para os/as quais o conceito de juventude possui características diferenciadas de acordo com o contexto no qual estão inseridos,

para um exercício futuro de cidadania, dada pela condição de adulto, quando as pessoas podem e devem [em tese] assumir integralmente as funções, inclusive as produtivas e reprodutivas, com todos os deveres e direitos implicados na participação social. (ABRAMO, 2008, p. 110).

Se, por um lado, o campo dos direitos juvenis se fortaleceu e avançou de forma inédita a partir do governo do presidente Lula, com a construção de uma política nacional de juventude, por outro lado, como é sabido, entre os discursos favoráveis à participação juvenil e à efetiva escuta dos/as jovens nas

esferas institucionais há um abismo gigantesco, sobretudo nos cenários locais.

Alinhados a esses objetivos e à necessidade de envolver os/as jovens na gestão dessas unidades e no fortalecimento comunitário que foi proposto (está acontecendo essa ação) é preciso também incorporar integralmente os jovens ao desenvolvimento do país, por meio de uma política nacional de juventude voltada aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, ambientais e familiares (BRASIL, 2006), sem esquecer as raízes e as identidades desses jovens extrativistas.

Vê-se que ainda são raras as iniciativas de diálogo nas comunidades sobre educação ambiental, organização social, trabalho e, sobretudo, com a legislação que assegura a cidadania e os direitos. Tampouco há a abordagem de temas relacionados à violência contra jovens, rede de enfrentamento à violência contra juventude, conceitos de relações sociais de gênero, bem como com o poder popular dos/as jovens no sentido de buscar alternativas viáveis para sua emancipação de forma coletiva.

A violência é outro fator que vem atingindo a população juvenil. Atualmente, mais de 70% da população carcerária do país é constituída por indivíduos que pertencem a essa faixa etária. O acesso, a permanência e o êxito na educação também representam algumas das dificuldades dos jovens nessa área, principalmente daqueles das classes de baixa renda. Apenas 13% do total estão cursando o ensino superior e 70% dos considerados pobres são negros. (IPEA, 2008).

Somam-se a esses dados os problemas que eles enfrentam na [...] escassez de oportunidades de acesso a espaços e produções culturais leva os jovens despenderem seu tempo ocioso em atividades inadequadas e perigosas. (SILVA, 2011, p. 1).

Essa realidade se torna mais grave ainda no que tange à população tradicional, pois ela está à margem das políticas de Estado e

em um estágio de pouca organização popular. Essas considerações parecem apontar para uma necessidade de que também na educação e não só no direito, na saúde, na psicologia, nas ciências sociais, entre outras áreas, seja abordada a questão da política pública para a juventude em diversos âmbitos, já que nossa proposta busca, na coletividade juvenil, em grupos que se reúnem para aprender e ensinar, a construção de projetos que visem ao fortalecimento organizacional, à educomunicação, à participação política, ao teatro, à educação ambiental e ao resgate da identidade das juventudes extrativistas.

Nesse sentido, a educação-formação torna-se fundamental para a ação e para a análise. Igualmente, essa proposta se encaminha para ser um estudo aprimorado de processos educativos não formais que se tornam eficazes e provocadores da formalidade (neste caso, a escola, e nas políticas públicas, para a juventude da floresta). Nessa análise, é possível compreender que os processos educativos, mediante a educação popular proposta por Paulo Freire (1986), podem colaborar com este engajamento das juventudes nas conquistas dos seus direitos de ser, porém não configuram uma solução para esse tema.

Assim, entendemos que um dos principais desafios para a implementação de uma política pública asseguradora de direitos sociais para a juventude da floresta é obter a mobilização permanente das comunidades conjugada à vontade e à decisão política para ampliar, aperfeiçoar, avaliar e monitorar, além de realizar o controle social democrático das atuais iniciativas que vêm sendo discutidas nas suas UC.

As lutas cotidianas é que vão desafiando os/as jovens, e estes “desafios mobilizadores” podem despertar-lhes o desejo de se emancipar.

antes os jovens eram muito inibidos. Se hoje olharmos, veremos que os jovens estão mais ativos [...], ou seja, para apresentar qualquer

coisa a facilidade será maior que antes. Antes muitos até mesmo pra ler ou apresentar era muito vergonhoso. Hoje se a gente mandar um ou mais jovens para qualquer lugar nós sabemos que seremos bem representados seja onde for. (Entrevistado A).

Quero agradecer a todos pela oportunidade, pelo aprendizado que tivemos aqui nesses dois dias de encontro, espero que tenha mais momentos como esses em breve, pois aprendi muito e acredito que os colegas também. O que aprendi aqui vou levar para a minha comunidade e compartilhar com os outros jovens que não puderam vim e também espero que o próximo encontro seja na minha comunidade. (Entrevistado B).

Acreditamos que o entendimento do contexto em que estão inseridos e a importância da organização comunitária para a emancipação social propiciem maior envolvimento dos/as moradores/as dessas unidades com questões comunitárias, apropriação e sentimento de pertencimento à associação, à comunidade e à unidade que os representa, fortalecendo-as, e com os próprios recursos naturais, assumindo o seu protagonismo.

Nossa proposta busca, na coletividade juvenil, em grupos que se reúnem para aprender e ensinar, a construção de projetos que visem ao fortalecimento organizacional, à participação política e ao resgate da identidade das juventudes extrativistas por meio da educação socioambiental.

Pode-se afirmar que a educação popular representa um movimento de reivindicação e de engajamento na luta por rupturas: a educação popular como movimento – em movimento, de sair do lugar – de “inéditos viáveis”. Assim, a dificuldade de definição da educação popular é reflexo do seu movimento criativo, recreativo e combativo que está no cerne da sua origem nos movimentos sociais. É no movimento de reconfiguração do ser social da educação popular que se pergunta “pelo lugar de onde

faz sua leitura de mundo e a sua intervenção” (STRECK, 2010, p. 301), e onde/como a figura de Paulo Freire se atualiza na compreensão do movimento, além de seu entendimento do homem como problema pedagógico – do que e do como estão sendo –, como oprimido

multifacetado, mantém-se renovado: “mais uma vez os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual se propõem, a si mesmos, como problema” (FREIRE, 1987, p. 29). Descobrem que poucos sabem de si, de seu posto no cosmos, e se inquietam por saber mais.

## Referências

ABRAMO, H. W. Espaços de juventude. In: FREITAS, M. V. de; PAPA, F. de C. (Org.). **Políticas públicas juventude em pauta**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 219-228.

BRASIL. Ministérios da Educação e do Meio Ambiente. Programa Juventude e Meio Ambiente. In: \_\_\_\_\_. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria Geral da Presidência da República, 2006.

CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude et al. (Org.) **Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IBGE. PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014/default.shtm>>. Acesso em: 15 maio 2016.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

RODRIGUES, L. S. Promovendo educação ambiental por meio das inteligências múltiplas: o Programa Verde Perto. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 4., 2008, Brasília. **Anais...** Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT9-698-693-20080504135358.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2016.

STRECK, D. Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 300-310, maio/ago. 2010.

SANDER, C. Juventude e participação: um processo pedagógico. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 3., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2010. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092010000100004&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092010000100004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 15 maio 2016.

Submetido em 16 de junho de 2016.

Aprovado em 25 de julho de 2016.